

**ATA NÚMERO 35/XIII/ 1.ª SL**

Aos 6 dias do mês de abril de 2016, pelas 10:30 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na Sala 2 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da ata n.º 34.
2. Ratificação das votações indiciárias realizadas no âmbito do Grupo de Trabalho “Impenhorabilidade da habitação própria permanente”.
3. Ratificação das votações indiciárias realizadas no âmbito do Grupo de Trabalho “Conta Base e Condições dos Contratos de Crédito”.
4. Discussão e votação do relatório sobre a iniciativa europeia “Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera, no que diz respeito a determinadas datas, o Regulamento (UE) n.º 600/2014 relativo aos mercados de instrumentos financeiros, o Regulamento (UE) n.º 596/2014 relativo ao abuso de mercado e o Regulamento (UE) n.º 909/2014 relativo à melhoria da liquidação de valores mobiliários na União Europeia e às Centrais de Valores Mobiliários, [COM(2016)57]”.  
Autor do relatório: Deputado Ricardo Leão (PS)
5. Discussão e votação do relatório sobre a iniciativa europeia “Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2014/65/UE relativa aos mercados de instrumentos financeiros, no que diz respeito a determinadas datas (COM(2016)56]”.  
Autor do relatório: Deputado Paulino Ascensão (BE)
6. Audição regimental com a Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa.
7. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 26/XIII/1.ª – “Comercialização de Certificados de Aforro”.  
Relator: Deputado Ricardo Leão (PS).
8. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 552/XII/4.ª – “Pretende que seja posto cobro à atuação alegadamente ilegal da Administração Fiscal, que mantém pendentes na informação disponibilizada no Portal das Finanças, os processos de execução fiscal instaurados

a cidadãos que beneficiaram do regime excecional de regularização de dívida de taxas de portagem e coimas associadas, aprovado pela Lei n.º 51/2015, de 8 de junho”.

Relator: Deputado Ricardo Leão (PS).

9. Distribuição de iniciativas europeias.

10. Outros Assuntos.

#### **1. Aprovação da ata n.º 34.**

A ata foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

#### **6. Audição regimental com a Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa**

A Senhora Presidente deu as boas vindas à Senhora Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, à Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa e à sua equipa, bem como às Senhoras e Senhores Deputados presentes, enquadrando a audição no âmbito do disposto no artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República, após o que deu a palavra à Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, que efetuou uma alocução inicial.

Em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Jorge Paulo Oliveira (PSD), Hortense Martins (PS), Paulino Ascensão (BE), Cecília Meireles (CDS-PP) e Jorge Machado (PCP), tendo a Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa e a Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa respondido individualmente às questões colocadas.

No âmbito da segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Jorge Paulo Oliveira, António Ventura e Duarte Pacheco (PSD), Paulo Trigo Pereira e Júlia Rodrigues (PS), Paulino Ascensão (BE), Cecília Meireles (CDS-PP) e Jorge Machado (PCP), tendo a Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa e a Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa usado da palavra para responder ao conjunto das questões.

Não se registando intervenções adicionais, a Senhora Presidente deu por concluída a audição, agradecendo à Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, à Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa e à sua equipa a sua presença e os esclarecimentos prestados.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

A gravação vídeo pode ser consultadas na [página internet](#) da audição.

- 2. Ratificação das votações indiciárias realizadas no âmbito do Grupo de Trabalho “Impenhorabilidade da habitação própria permanente”.**
  
- 3. Ratificação das votações indiciárias realizadas no âmbito do Grupo de Trabalho “Conta Base e Condições dos Contratos de Crédito”.**

O Sr. Deputado João Paulo Correia (PS) manifestou a intenção do PS de apresentar uma proposta de alteração ao texto único apresentado na semana anterior, em conjunto com BE e PCP, no âmbito dos Projetos de Lei n.º 86/XIII, 87/XIII e 89/XIII. Recordou, assim como a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), que a votação deste texto ficou adiada da reunião do GT respetivo, no dia anterior, para a presente reunião da Comissão, e reiterou o que já tinha anunciado nessa reunião, nomeadamente que pretendia que fosse novamente ouvido o Governador do Banco de Portugal (BdP), relativamente às iniciativas legislativas do GT das taxas de juro, condições contratuais e contas-base, uma vez que o BdP transmitiu uma posição nova face, essencialmente, à repercussão, nos clientes, das taxas de juro negativas. O objetivo será o de emitir (o BdP) uma opinião acerca do impacto das iniciativas sobre o sistema financeiro. Não exclui, naturalmente, que se ouçam novamente as restantes entidades.

A Senhora Deputada Inês Domingos (PSD) expôs os motivos da apresentação, pelo PSD, de propostas de alteração ao texto único que substitui os Projetos de Lei acima identificados.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS), por sua vez, fundamentou as propostas apresentadas pelos três GP's proponentes (PS, BE e PCP).

O Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD) solicitou esclarecimentos relativamente à proposta de aditamento de uma nova alínea c) do n.º 4 do artigo 49.º da Lei Geral Tributária, uma vez que não foi objeto de discussão nem na generalidade nem na especialidade. Pediu o adiamento da votação para opinar fundamentadamente.

A Senhora Presidente propôs a realização de uma reunião no dia seguinte, às 14 horas, tendo o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) recordado que, nesse caso, era necessário alertar a DAPLEN para a necessidade de inserir, mais tarde, esta votação no guião de votações para 6.ª feira.

Relativamente ao ponto 3, o Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) sintetizou o que considera um processo atípico, no que toca ao GT das taxas de juro, condições contratuais e contas-base, sublinhando notícias que leu nos jornais, no âmbito deste processo. Tendo já sido realizadas audições, com posições assumidas por parte das entidades ouvidas, sugeriu que se defina rigorosamente a metodologia a adotar no que falta deste processo. Propôs que o BdP faça chegar à Comissão uma avaliação clara do impacto das medidas previstas. A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) declarou que a existência de boa legislação é essencial e não se oporá a que sejam efetuadas novas diligências, mas que nada assegura que daqui a algumas semanas o problema não persiste. Lembrou que os GP's mais pequenos têm dificuldades acrescidas em comparecer a todas as reuniões, notando que a reunião do dia anterior pouco efeito útil teve, e realça que,

sendo normal que haja ponderação neste tipo de processos, deverá haver uma maior coordenação para que as reuniões tenham efeito útil.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) recordou que o PS não tem qualquer iniciativa legislativa neste GT e realçou que o BdP alterou a sua visão da questão das taxas de juro se refletirem nas prestações dos contratos de mútuo, razão pela qual faz sentido que o BdP esclareça a sua posição.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) explicou porque motivo não foi possível ao PCP ter um representante seu na reunião de GT's de ontem (Comissão de Inquérito do BANIF) e notou que talvez fosse mais adequado ouvir o Governador do BdP, conforme proposto, mas em reunião da Comissão. Referiu ainda que será entregue um texto único no âmbito do GT das taxas de juro e condições contratuais, no que toca a esta questão.

O Senhor Deputado Paulino Ascensão declarou ser razoável não se proceder já às votações previstas na OD e sustentou que, nada tendo a opor à audição do Governador, poderá haver apenas um pedido de informação relevante por escrito.

O Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) insistiu nos argumentos de necessidade de maior coordenação do GT. Apresentou um requerimento oral para solicitar informação relevante ao BdP, relativamente a todas as iniciativas do GT.

O Senhor Vice-Presidente, Deputado Paulo Trigo Pereira (PS), que, entretanto, tinha assumido a condução dos trabalhos, fez um resumo das posições e do que iria ser votado, considerando-se aceite, por não haver opiniões contrárias, que, caso haja audição do Governador do BdP, esta se faça em Comissão.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) declarou que o requerimento não deve ser aceite e que, se for, abrirá um precedente, tendo que ser realizado uma avaliação de impacto para todas as iniciativas legislativas.

O Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) confirmou que a audição do Governador do BdP deve incidir sobre todos os Projetos de Lei do GT.

O requerimento para audição do Governador do BdP foi aprovado por unanimidade, tendo o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) sugerido que, tendo o Governador do BdP que se deslocar à Assembleia da República para uma audição, já aprovada em Comissão, relativa ao Novo Banco, ambas as audições se realizem no mesmo dia.

No que se refere à informação a pedir ao Governador, defendeu o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) que o requerimento do PSD é inútil, uma vez que é normal que as entidades convidadas se façam acompanhar de documentação. O Senhor Deputado Carlos Silva (PSD) considerou o requerimento útil mas, para evitar polémica, sugere que se transforme apenas num pedido para trazer documentação relevante, de avaliação do impacto das medidas legislativas propostas, sendo secundado pelo Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD).

O Senhor Vice-Presidente referiu então que a Comissão iria solicitar ao Governador do BdP elementos relevantes para apreciação das iniciativas legislativas em causa.

- 4. Discussão e votação do relatório sobre a iniciativa europeia “Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera, no que diz respeito a determinadas datas, o Regulamento (UE) n.º 600/2014 relativo aos mercados de instrumentos financeiros, o Regulamento (UE) n.º 596/2014 relativo ao abuso de mercado e o Regulamento (UE) n.º 909/2014 relativo à melhoria da liquidação de valores mobiliários na União Europeia e às Centrais de Valores Mobiliários, [COM(2016)57]”.**

**Autor do relatório: Deputado Ricardo Leão (PS)**

O Senhor Deputado Ricardo Leão (PS) apresentou o relatório por si elaborado, o qual foi aprovado por unanimidade.

- 5. Discussão e votação do relatório sobre a iniciativa europeia “Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 2014/65/UE relativa aos mercados de instrumentos financeiros, no que diz respeito a determinadas datas (COM(2016)56]”.**

**Autor do relatório: Deputado Paulino Ascensão (BE)**

O Senhor Deputado Paulino Ascensão (BE) apresentou o relatório por si elaborado, o qual foi aprovado por unanimidade, após uma correção sugerida pelo Senhor Deputado Paulo Sá (PCP).

- 7. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 26/XIII/1.<sup>a</sup> – “Comercialização de Certificados de Aforro”.**

**Relator: Deputado Ricardo Leão (PS).**

- 8. Apreciação e votação do relatório sobre a Petição n.º 552/XII/4.<sup>a</sup> – “Pretende que seja posto cobro à atuação alegadamente ilegal da Administração Fiscal, que mantém pendentes na informação disponibilizada no Portal das Finanças, os processos de execução fiscal instaurados a cidadãos que beneficiaram do regime excecional de regularização de dívida de taxas de portagem e coimas associadas, aprovado pela Lei n.º 51/2015, de 8 de junho”.**

**Relator: Deputado Ricardo Leão (PS).**

Estes pontos ficaram adiados para a próxima reunião.

#### **9. Distribuição de iniciativas europeias.**

Foi distribuída uma iniciativa europeia, não sujeita a escrutínio.

#### **10. Outros Assuntos.**

O Senhor Deputado Domingos Pereira (PS) apresentou o parecer sobre o pedido, da ALRAA, de adoção de processo de urgência, relativamente à [Proposta de Lei n.º 16/XIII/1.ª \(ALRAA\)](#). O Senhor Vice-Presidente, o Senhor Duarte Pacheco (PSD) e o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) questionaram os motivos do pedido de urgência neste processo, dado, até, que o PS apresentou uma proposta de alteração à proposta de lei que aprovou o Orçamento do Estado, no sentido suscitado pela proponente.

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) notou que a ALRAA insistiu na urgência do processo.

O Senhor Deputado Domingos Pereira (PS) acrescentou, então, um parágrafo com a referência às normas da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, que aprova o Orçamento do Estado para 2016, que vão ao encontro do proposto nesta iniciativa, o qual foi aprovado por unanimidade.

Tendo o Senhor Vice-Presidente levantado algumas questões relativamente às audições, essas questões ficaram de ser tratadas no dia seguinte, após a discussão e votação do texto único apresentado no âmbito do GT das penhoras de imóveis por dívidas fiscais.

A reunião foi encerrada às 23:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 6 de abril de 2016

**A PRESIDENTE**

(Teresa Leal Coelho)



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

---

**Reunião de 6 de abril de 2016**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Passos  
António Leitão Amaro  
António Ventura  
Carlos Silva  
Cecília Meireles  
Duarte Pacheco  
Eurico Brilhante Dias  
Fernando Anastácio  
Hortense Martins  
Inês Domingos  
João Galamba  
João Paulo Correia  
João Pinho de Almeida  
Margarida Balseiro Lopes  
Mariana Mortágua  
Paulino Ascensão  
Paulo Sá  
Paulo Trigo Pereira  
Ricardo Leão  
Rubina Berardo  
Teresa Leal Coelho  
Domingos Pereira  
Jorge Paulo Oliveira  
Júlia Rodrigues  
Santinho Pacheco

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cristóvão Crespo  
Ivan Gonçalves